

361

Classificado de acordo com o art. 153
da Resolução 68 / 1972 Subsecretaria
de Arquivo, 13 de junho de 1984
Nelson Carneiro
Chefe da Seção de Arquivo de Proposições



FICHADO

PROJETO DE LEI DO SENADO

N.º 361, DE 1979

EMENTA: Institui pensão mensal para os menores com deficiência física ou mental, a ser paga pelo INPS.

(Apresentado pelo SENADOR NELSON CARNEIRO)



SENADO FEDERAL
FOLHA DE TRAMITAÇÃO

CASA	ÓRGÃO	IDENTIFICAÇÃO DA MATERIA			DATA DA AÇÃO			FUNCIONÁRIO
FF	PLEG	- TIPO	NÚMERO	ANO	DIA	MÊS	ANO	
		PLS	361	79	27	11	79	Quaudri

Este processo contém 03 folhas numeradas e
rubricadas.

A' S.G.M.

CASA	ÓRGÃO	IDENTIFICAÇÃO DA MATERIA			DATA DA AÇÃO			FUNCIONÁRIO
SF	SSA	- TIPO	NÚMERO	ANO	DIA	MÊS	ANO	
		PLS	361	79	27	11	79	Lauza.

LEITURA.

ÀS CCJ, CLS e CF.

CASA	ÓRGÃO	IDENTIFICAÇÃO DA MATERIA			DATA DA AÇÃO			FUNCIONÁRIO
SF	SRAP	- TIPO	NÚMERO	ANO	DIA	MÊS	ANO	
		PLS	361	79	27	11	79	MMI

Ao SCP

CASA	ÓRGÃO	IDENTIFICAÇÃO DA MATERIA			DATA DA AÇÃO			FUNCIONÁRIO
FF	SCP	- TIPO	NÚMERO	ANO	DIA	MÊS	ANO	
		PLS	361	79	28	11	79	<i>Car</i>

A' ec5



SENADO FEDERAL
FÔLHA DE TRAMITAÇÃO

CASA	ÓRGÃO	IDENTIFICAÇÃO DA MATERIA			DATA DA AÇÃO			FUNCIONÁRIO
SF	CCJ	TIPO	NÚMERO	ANO	DIA	MES	ANO	
		PLS	361	79	03	03	80	JH/B

As Senadoras Pancrero Neves
para a rejeitar - B. 33.980
Da Magre

CASA	ÓRGÃO	IDENTIFICAÇÃO DA MATERIA			DATA DA AÇÃO			FUNCIONÁRIO
SF	CCJ	TIPO	NÚMERO	ANO	DIA	MES	ANO	
		PLS	361	79	25	06	80	JH/B

O Relator emite parecer favorável, por constitucional e jurídico. A mesma é encaminhada ao Senador Moacyr Dutra.

CASA	ÓRGÃO	IDENTIFICAÇÃO DA MATERIA			DATA DA AÇÃO			FUNCIONÁRIO
SF	CCJ	TIPO	NÚMERO	ANO	DIA	MES	ANO	
		PLS	361	79	25	06	80	JH/B

Ao Senador Moacyr Dutra, para vista.

CASA	ÓRGÃO	IDENTIFICAÇÃO DA MATERIA			DATA DA AÇÃO			FUNCIONÁRIO
SF	CCJ	TIPO	NÚMERO	ANO	DIA	MES	ANO	
		PLS	361	79	09	03	81	JH/B

Proposto à comissão, nos termos do Art. 95 do RI



SENADO FEDERAL
FOLHA DE TRAMITAÇÃO

CASA	ÓRGÃO	TIPO	NÚMERO	ANO	DIA	MÊS	ANO	DATA DA AÇÃO
SF	CCJ	PLS	361	79	03	06	81	03 06 81

Carvalho

FUNCIONARIO

Inclui-se um ponto da reunião do PCJ —
Liação

CASA	ÓRGÃO	TIPO	NÚMERO	ANO	DIA	MÊS	ANO	DATA DA AÇÃO
SF	CCJ	PLS	361	79	03	06	81	03 06 81

Carvalho

FUNCIONARIO

ANEXEI ÀS FLS. 04 E 05, O PARECER DA COMISSÃO,
FAVORÁVEL AO PROJETO, PON CONSTITUCIONAL E JUNI
DICE.

CASA	ÓRGÃO	TIPO	NÚMERO	ANO	DIA	MÊS	ANO	DATA DA AÇÃO
SF	CCJ	PLS	361	79	03	06	81	03 06 81

Carvalho

FUNCIONARIO

AO SCP

CASA	ÓRGÃO	TIPO	NÚMERO	ANO	DIA	MÊS	ANO	DATA DA AÇÃO
SF	SCP	PLS	361	79	05	06	81	05 06 81

Carvalho

FUNCIONARIO

A PLS.



SENADO FEDERAL
FÔLHA DE TRAMITAÇÃO

CASA	ÓRGÃO	IDENTIFICAÇÃO DA MATERIA	DATA DA AÇÃO			FUNCIONÁRIO
SF	CLS	- TIPO PLS - NÚMERO 361 - ANO 79	DIA 11	MES 06	ANO 81	

Ao seu autor Francisco Guedes, no
no relator

Francisco Guedes

CASA	ÓRGÃO	IDENTIFICAÇÃO DA MATERIA	DATA DA AÇÃO			FUNCIONÁRIO
SF	CLS	- TIPO PLS - NÚMERO 361 - ANO 79	DIA 06	MES 05	ANO 82	

ANEXEI à PLS. 06 e 07 PARECER DA COMISSÃO, FAVORÁ-
VEL AO PROJETO.

CASA	ÓRGÃO	IDENTIFICAÇÃO DA MATERIA	DATA DA AÇÃO			FUNCIONÁRIO
SF	CLS	- TIPO PLS - NÚMERO 361 - ANO 79	DIA 06	MES 05	ANO 82	

Ao SEP

CASA	ÓRGÃO	IDENTIFICAÇÃO DA MATERIA	DATA DA AÇÃO			FUNCIONÁRIO
SF	SEP	- TIPO PLS - NÚMERO 361 - ANO 79	DIA 07	MES 05	ANO 82	

A CF.



SENADO FEDERAL
FOLHA DE TRAMITAÇÃO

CASA SF	ÓRGÃO CF	IDENTIFICAÇÃO DA MATERIA			DATA DA AÇÃO			G. FUNCIONÁRIO
TIPO PLS	NÚMERO 361	ANO 79	DIA 19	MES 05	ANO 82			

Distribuído ao relator, Senador Affonso Camargo

a) sen. Franco Montoro

CASA SF	ÓRGÃO CF	IDENTIFICAÇÃO DA MATERIA			DATA DA AÇÃO			G. FUNCIONÁRIO
TIPO PLS	NÚMERO 361	ANO 79	DIA 05	MES 12	ANO 82			

Desenvolvido nos termos do art. 95 do R.I

Ao SCP

CASA SF	ÓRGÃO SCP	IDENTIFICAÇÃO DA MATERIA			DATA DA AÇÃO			J. Fernandes FUNCIONÁRIO
TIPO PLS	NÚMERO 361	ANO 79	DIA 11	MES 03	ANO 83			

Arquivado, nos termos do artigo 367
do Regimento Interno.

CASA SF	ÓRGÃO SCP	IDENTIFICAÇÃO DA MATERIA			DATA DA AÇÃO			G. FUNCIONÁRIO
TIPO PLS	NÚMERO 361	ANO 79	DIA 05	MES 12	ANO 83			

Ao REG, com destino ao Arquivo

SENADO FEDERAL
FÔLHA DE TRAMITAÇÃO

CASA

ÓRGÃO

IDENTIFICAÇÃO DA MATERIA

TIPO

NÚMERO

ANO

DATA DA AÇÃO

DIA

MES

ANO

Funcionário

SF

PRESA PNST

361 79

31 05 84

Amorim

ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE NOS TERMOS
DO ARTIGO 367 DO REGIMENTO INTERNO

A SUBSECRETARIA DE ARQUIVO

CASA

ÓRGÃO

IDENTIFICAÇÃO DA MATERIA

TIPO

NÚMERO

ANO

DATA DA AÇÃO

DIA

MES

ANO

Funcionário

SF SSARQ

PLST

361 79

27 06 84

Júlio

Arquivado.

CASA

ÓRGÃO

IDENTIFICAÇÃO DA MATERIA

TIPO

NÚMERO

ANO

DATA DA AÇÃO

DIA

MES

ANO

Funcionário

CASA

ÓRGÃO

IDENTIFICAÇÃO DA MATERIA

TIPO

NÚMERO

ANO

DATA DA AÇÃO

DIA

MES

ANO

Funcionário



QPLST 361/79

SENADO FEDERAL

Guia 27.11.79
Barreto

As Comissões de Constituição e Justiça,
de Legislação Social e de Fi-
nanças. Em 27.11.79
Santos Miller -

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 361 DE 1 979

Institui pensão mensal para os menores com deficiência física ou mental, a ser paga pelo INPS .

[SEN. NELSON CARNEIRO]

O CONGRESSO NACIONAL DECRETA:

Art. 1º - É assegurado a todo menor de 21 (vinte e um) anos que apresente deficiência física ou mental, o direito de perceber pensão mensal no valor de 50% (cinquenta por cento) do salário-mínimo regional, a ser paga pelo Instituto Nacional de Previdência Social - INPS.

Art. 2º - Para fazer jus ao benefício previsto nesta lei, o menor deverá ser submetido a exames médicos especializados pelo Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social, INAMPS, ou por órgão por este indicado, a fim de que seja comprovada a deficiência física ou mental.

Art. 3º - A pensão será paga pelo INPS diretamente ao pai ou responsável pelo menor deficiente, sendo transferida para instituição especializada na qual este vier a ser internado.

Art. 4º - O direito à pensão instituída por esta lei cessará quando o menor deficiente for considerado recuperado ou atingir a idade de vinte e um anos.

Parágrafo único - Para os fins deste artigo, o menor deficiente deverá ser submetido a exames médicos especializados a cada período de 12 (doze) meses.

Art. 5º - São excluídos dos efeitos desta lei os menores deficientes cujos pais ou responsáveis percebam renda mensal superior ao valor de 5 (cinco) salários-mínimos regionais.

Art. 6º - Os encargos decorrentes desta lei correrão por conta das fontes de receita de que trata o art. 69, da Lei nº 3 807, de 26 de agosto de 1 960, assim como



SENADO FEDERAL

dos aumentos dos cartões de apostas da Loteria Esportiva Federal, a ser fixada em regulamento, que para esse fim será repassada ao Instituto Nacional de Previdência Social.

Art. 7º - O Poder Executivo, ouvido o Ministério da Previdência e Assistência Social, regulamentará esta lei no prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 8º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º - Revogam-se as disposições em contrário.

J U S T I F I C A Ç Ã O

É dolorosa, sob todos os aspectos, a situação vivida pelos menores excepcionais, que apresentam deficiência física ou mental e que pertencem a famílias de baixa renda, sem condições de assisti-los com profissionais e terapêuticas especializadas.

Tais menores, o mais das vezes, estão condenados à total marginalização social, subsistindo em condições subhumanas e figurando como pesos-mortos para a sociedade, eis que a eles não são dadas possibilidades de recuperação.

De fato, embora existam, hoje, técnicas terapêuticas e tratamentos ultra-modernos que ensejam aos menores excepcionais uma recuperação quase que total, valorizando-os e tornando-os produtivos, esses são de elevado custo e fora do alcance das famílias pobres.

Por esse motivo, preconizamos, através desta proposição, que aos menores portadores de deficiência física ou mental, é assegurado o direito à percepção de pensão mensal, a ser paga pelo Instituto Nacional de Previdência Social, no valor de 50% (cincoenta por cento) do salário-mínimo regional.

O projetado estabelece as condições em que o benefício será concedido, que se restringirá aos menores cujas famílias percebam remuneração mensal inferior a cinco salários-mínimos regionais.



SENADO FEDERAL

PARECER

N.º

DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, sobre
o Projeto de Lei do Senado nº 361, de 1979,
que "institui pensão mensal para os menores
com deficiência física ou mental, a ser pa-
gada pelo INPS".

RELATOR: Senador TANCREDO NEVES

O Projeto sob exame, de autoria do ilustre
Senador Nelson Carneiro, objetiva conceder a todo menor que apre-
sente deficiência física ou mental, uma pensão no valor de cin-
quenta por cento do salário-mínimo regional.

O ônus do benefício é deferido ao Instituto
Nacional de Previdência Social - INPS, sendo que uma das normas
da proposição, o art. 6º, satisfaz à recomendação do parágrafo
único do art. 165 da Carta Magna, ao indicar que "os encargos de
correntes desta lei correrão por conta das fontes de receita de
que trata o art. 69, da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, as
sim como dos aumentos dos cartões de aposta da Loteria Esportiva
Federal, a ser fixado em regulamento, que para esse fim será re
passada ao Instituto Nacional de Previdência Social".

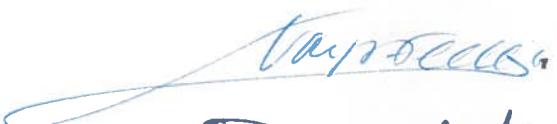
A medida, como afirma o Autor na Justifica
ção, se destina "a assistir aos menores excepcionais vincula
dos a famílias pobres", portanto aqueles a quem identifica co
mo vivendo situação dolorosa, o mais das vezes "condenados à to
tal marginalização, subsistindo em condições subhumanas e figu
rando como pesos-mortos para a sociedade, eis que a eles não são
dadas possibilidades de recuperação".



Dante do exposto, nosso Parecer é pela aprovação do Projeto, no mérito, e por estar atendida a recomendação do parágrafo único do art. 165 da Constituição Federal, e bem assim, não existirem óbices quanto ao aspecto jurídico.

SALA DAS COMISSÕES, em 03 de junho de 1981.

LENOIR VARGAS



PRESIDENTE.

TANCREDO NEVES

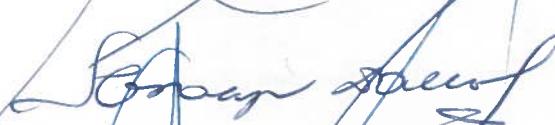


Tancredo N., RELATOR.

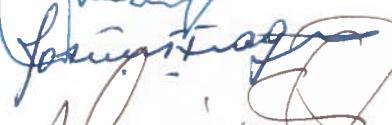
MARTINS FILHO



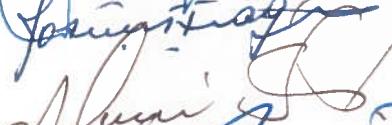
JOÃO CALMON



MOACYR DALLA



BERNARDINO VIANA



JOSÉ FRAGELLI



ALMIR PINTO



MURILO BADARÓ



LÁZARO BARBOZA





SENADO FEDERAL

PARECER

N.º

DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 361, de 1979, que "institui pensão mensal para os menores com deficiência física ou mental, a ser paga pelo INPS".

RELATOR: Senador FRANCO MONTORO

Da autoria do eminente Senador Nelson Carneiro, o projeto sob exame busca instituir pensão mensal para os menores com deficiência física ou mental, a ser paga pelo INPS.

Na Justificação do projeto, o Autor dá ênfase à dolorosa situação vivida pelos menores que apresentam deficiência física ou mental e que pertencem a famílias, cuja baixa renda impossibilita-lhes à assistência médica específica de que são merecedores.

Com efeito, não se pode deixar de reconhecer que esses menores deficientes, sujeitos à marginalização social, sobrevivem, não raro, em condições de indigência, o que lhes prognostica um agravamento da deficiência, por carência de recursos financeiros.

Assim, é evidente o alcance social da proposição, na medida em que os menores deficientes poderão submeter-se a novas técnicas de reabilitação, que lhes possibilitará integração na atividade laboral, que não é apenas geradora de recursos, mas de efeito psico-terapêutico, de que tanto carecem, igualmente.

Convém ressaltar que o projeto, corporificado em nove artigos, contempla apenas os menores deficientes, cujos pais ou responsáveis percebam renda mensal igual ou inferior a cinco - salários-mínimos regionais.

O projeto contém outros dispositivos que se integram harmoniosamente no seu contexto, visando, sobretudo, a fiel aplicação da futura lei, que se reveste de profundo conteúdo humano e social.



A douta Comissão de Constituição e Justiça reputou o projeto jurídico e constitucional, satisfeita a recomendação da fonte do custeio traçada no parágrafo único do art. 165 da Carta Magna.

Esta Comissão, na esfera de sua competência regimental, manifesta sua simpatia pelo projeto, notadamente pela inusitada oportunidade do transcurso do "Ano Internacional do Deficiente Físico", razão pela qual, opinamos pela sua aprovação.

SALA DAS COMISSÕES, EM 06 de maio

DE 1982

RAIMUNDO PARENTE

Raimundo Parente, Presidente.

FRANCO MONTORO

Franco Montoro, Relator.

GABRIEL HERMES

Gabriel Hermes

MOACYR DALLA

Moacyr Dalla

HENRIQUE SANTILLO

Henrique Santillo





SENADO FEDERAL
SUBSECRETARIA DE ARQUIVO

TERMO DE ARQUIVAMENTO

do Projeto de lei do

Senado nº 3611 1979

Contém este processo 08 folhas numeradas e rubricadas nos termos do art. 158,
alínea —, do Regulamento, estando o mesmo com a tramitação concluída.

Subsecretaria de Arquivo, 04 de junho de 1984

*Ribeiro Paraiso de Oliveira
arquivologista*

Está classificado e fichado. Encaminho-o ao funcionário informante.

Subsecretaria de Arquivo, 11 de julho de 1984

*Fábio Henrique Cardoso
Tic. Leg.*

Confere. Submeto o presente processo à consideração do Sr. Diretor, com as fichas inclusas,
devidamente datilografadas.

Subsecretaria de Arquivo, 15 de julho de 1984

*Waldinar Araújo Oliveira
Chefe da Seção de Arquivo de Proposições*

Arquive-se.

Em 14/06/1984

Silveira
DIRETOR

*Francisco Sartori de Albuquerque Mel.
Diretor da Subsecretaria de Arquivo*



SENADO FEDERAL
SUBSECRETARIA DE ARQUIVO
PLS N° 361 da 19-7-79

PLS.

08/0

SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 361, de 1979

Institui pensão mensal para os menores com deficiência física ou mental, a ser paga pelo INPS.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É assegurado a todo menor de 21 (vinte e um) anos que apresente deficiência física ou mental, o direito de perceber pensão mensal no valor de 50% (cinquenta por cento) do salário mínimo regional, a ser paga pelo Instituto Nacional de Previdência Social — INPS.

Art. 2º Para fazer jus ao benefício previsto nesta lei, o menor deverá ser submetido a exames médicos especializados pelo Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social, INAMPS, ou por órgão por este indicado, a fim de que seja comprovada a deficiência física ou mental.

Art. 3º A pensão será paga pelo INPS diretamente ao pai ou responsável pelo menor deficiente, sendo transferida para instituição especializada na qual este vier a ser internado.

Art. 4º O direito à pensão instituída por esta lei cessará quando o menor deficiente for considerado recuperado ou atingir a idade de vinte e um anos.

Parágrafo único. Para os fins deste artigo, o menor deficiente deverá ser submetido a exames médicos especializados a cada período de 12 (doze) meses.

Art. 5º São excluídos dos efeitos desta lei os menores deficientes cujos pais ou responsáveis percebam renda mensal superior ao valor de 5 (cinco) salários mínimos regionais.

Art. 6º Os encargos decorrentes desta lei correrão por conta das fontes de receita de que trata o art. 69, da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, assim como dos aumentos dos cartões de aposta da Loteria Esportiva Federal, a ser fixada em regulamento, que para esse fim será repassada ao Instituto Nacional de Previdência Social.

Art. 7º O Poder Executivo, ouvido o Ministério da Previdência e Assistência Social, regulamentará esta lei no prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

É dolorosa, sob todos os aspectos, a situação vivida pelos menores excepcionais, que apresentam deficiência física ou mental e que pertencem a

famílias de baixa renda, sem condições de assisti-los com profissionais e terapeutas especializados.

Tais menores, o mais das vezes, estão condenados à total marginalização social, subsistindo em condições subumanas e figurando como pesos-mortos para a sociedade, eis que a eles não são dadas possibilidades de recuperação.

De fato, embora existam, hoje, técnicas terapêuticas e tratamentos ultra-modernos que ensejam aos menores excepcionais uma recuperação quase que total, valorizando-os e tornando-os produtivos, esses são de elevado custo e fora do alcance das famílias pobres.

Por esse motivo, preconizamos, através desta proposição, que aos menores portadores de deficiência física ou mental, é assegurado o direito à percepção de pensão mensal, a ser paga pelo Instituto Nacional de Previdência Social, no valor de 50% (cinquenta por cento) do salário mínimo regional.

O projetado estabelece as condições em que o benefício será concedido, que se restringirá aos menores cujas famílias percebam remuneração mensal inferior a cinco salários mínimos regionais.

É indicada, ainda, em obediência ao preceituado no parágrafo único do art. 165, da Lei Maior, a fonte de custeio total da benesse previdenciária em questão.

Em se tratando de medida destinada a assistir aos menores excepcionais vinculados a famílias pobres, esperamos venha a iniciativa a merecer o apoio de nossos ilustres pares.

Sala das Sessões, 27 novembro de 1979. — Nelson Carneiro.

Publicado no DCN (Seção II), de 28-11-79